



# O Ideário Patrimonial О идеарио

*QUAL A CÔR  
DOS  
PATRIMÓNIOS?*



[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

N. 14 // julho 2020 // Instituto Politécnico de Tomar

#### PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

#### EDITORES

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar  
Doutor José d' Encarnação, Universidade de Coimbra

#### EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

#### DIVULGAÇÃO

Em Linha

#### DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar  
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar  
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

#### CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro  
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora  
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova  
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal  
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

#### DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

#### PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio n° 23591

ANOTADA DA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores.





## Índice

EDITORIAL - SALVAGUARDA DOS PATRIMÓNIOS: SABOR AMARGO Ana Cruz .....	06
ALFONSUS LUSITANUS Thomas Gehring .....	17
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERCULTURAL EM CONTEXTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL Síria Emerenciana Nepomuceno Borges, Maires Souza dos Anjos .....	26
OS CAMINHOS PORTUGUESES A SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES DA ROTA PORTUGUESA Leandro Gomes .....	50
GOUVERNANCE TOURISTIQUE AU MAROC, DESTINATION MARRAKECH Fadwa Chbani Idrissi .....	75
QUEL PROCESSUS DE PATRIMONIALISATION POUR LA VALORISATION TOURISTIQUE DES ZONES DE MONTAGNE AU MAROC Wahiba Moubchir, Fatima Ez-zahra Benkhallouq .....	99
ELEMENTO PATRIMONIAL PRECIOSO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ANGOLANAS: O LIVRO DIDÁTICO Teresa Almeida Patatas .....	119
HISTÓRIAS DO ENGENHO DO MURUTUCU: UM PATRIMÔNIO ARRUINADO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA Diogo Menezes Costa .....	132
PATRIMOINE ET PATRIMONIALISATION: PROCESSUS ET NOUVEL ENJEU DE VALORISATION TERRITORIALE Hicham Saddou .....	182
PATRIMÔNIO CULTURAL: DA IMPOSIÇÃO A INVISIBILIDADE! Marcos Canetta Rufino, Roberto Michetti Moreira .....	221

MEMÓRIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA CATAÇÃO DO CAFÉ NA ZONA PORTUÁRIA DE SANTOS-SP Kathelyn Kristinne Garcia da Silva .....	242
MUSEU, TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO DE CASO Eunice R. Lopes, Mónica Cardoso .....	256
MUSEUS E ROTAS CULTURAIS. FERRAMENTAS DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DOS AÇORES José Luís Neto .....	269
O ESTADO DO LUGAR DE MEMÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHO Vera Maria da Silva .....	301

**HISTÓRIAS DO ENGENHO DO MURUTUCU: UM PATRIMÔNIO ARRUINADO  
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

**MURUTUCU ENGENHO' STORIES: A RUINED HERITAGE AT THE BRAZILIAN  
AMAZON**

Recebido a 28 de março de 2020  
Revisto a 14 de abril de 2020  
Aceite a 20 de maio de 2020

**Diogo Menezes Costa**

Ph.D. and Professor of the Graduate Programs in Anthropology and Cultural Heritage  
Sciences at the Federal University of Pará (UFPA)  
Leader of the Amazonian Historical Archaeology research group (GAHiA)  
Researcher from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq -  
Brazil)  
[dmcosta@ufpa.br](mailto:dmcosta@ufpa.br)



## Resumo

Há bastante tempo pesquisas sobre a história do Engenho do Murutucu, em Belém do Pará - Brazil vêm sendo realizadas. Entretanto, este amontoado de dados históricos pouco foi sistematizado. Entre os estudos encontrados temos desde referências bibliográficas que remontam a citações sobre o engenho de aguardente em obras como dos viajantes e naturalistas John Warren e Spix e Martius em meados do século XIX. Até pesquisas historiográficas mais profundas, de autores amazônidas como Jorge Hurley, Ernesto Cruz, Leandro Tocantins, Vicente Salles, Manoel Barata e Donato Mello Junior. A revisão lógica sobre emaranhados de dados cronológicos é necessária, para isso tanto a documentação primária quanto secundária deve ser consultada, diversos estudiosos contrapostos, e uma síntese entre as presentes narrativas em diversos suportes deve ser elaborada. Como resultado teremos uma biografia histórica para o estudo de caso revelada e comentada, seja dos séculos XVIII, XIX e XX, até os acontecimentos do presente século XXI, e o legado patrimonial arruinado deixado para a contemporaneidade na atual Amazônia brasileira.

*Palavras-chaves:* Brasil, Amazônia, Patrimônio, História, Arqueologia, Antropologia

## Abstract

Research on the history of the Murutucu Mill in Belém do Pará - Brazil has been carried out for some time. However, this pile of historical data has hardly been systematized. Among the studies found we have since bibliographical references that go back to quotes about the aguardente mill in works such as those of travelers and naturalists John Warren and Spix and



Martius in the mid-nineteenth century. Even deeper historiographic research by Amazonian authors such as Jorge Hurley, Ernesto Cruz, Leandro Tocantins, Vicente Salles, Manoel Barata and Donato Mello Junior. The logical revision of chronological data entanglements is necessary, for that both primary and secondary documentation must be consulted, various scholars must be opposed, and a synthesis between the present narratives in various media must be elaborated. As a result we will have a historical biography for the case study revealed and commented on, from the 18<sup>th</sup>, 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, to the events of the present 21<sup>st</sup> century, and the ruined heritage legacy left for contemporaneity in today's Brazilian Amazon.

*Keywords:* Brazil, Amazon, Heritage, History, Archaeology, Anthropology

“Wending our way through a green tunnel of fantastic foliage, we shortly emerged from its cooling twilight into the open grounds of a wild and neglected garden. In the midst of the clear space, surrounded by an almost impassable wall of low bushes, and overhung with gay festoons of flowering vines, was a stone mansion of noble proportions, half demolished by the ravages of time, yet solemn and interesting even in its mournful decay. Gay spirits had once inhabited that lone dwelling, but they have long since gone; the tinkling of merry music no longer resounds along its deserted corridors; the revelry of the joyous dance no more breaks upon the stillness of the surrounding wilderness, and the house itself, like its former proprietors, is rapidly ‘passing away’”

(Warren, 1851, p. 79-80).

A primeira informação histórica sobre a área onde hoje se encontram as ruínas do Engenho do Murucutu é de 1711<sup>1</sup>, quando segundo alguns autores no local foi construída uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição padroeira de Portugal, provavelmente pelos Frades Carmelitas (Cruz, 1963, p. 388, Tocantins, 1963, p. 338). Entretanto, outros autores também escrevem que em outro trecho do mesmo igarapé também seria erguida uma outra ermida, agora em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, e possivelmente pela ordem dos

---

<sup>1</sup> Entretanto as pesquisas arqueológicas de 2014 a 2016 recuam a ocupação europeia da área para a datação média de 1612, quatro anos antes da fundação oficial de Belém (Diogo Menezes Costa, 2017a, 2017b).



Mercedários (Coimbra, 2003, p. 100), ou simplesmente colocam em dúvida ambas as afirmações (Mello Junior, 1971, p. 325).

A Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte do Carmo, ou Ordem dos Carmelitas Calçados, chegou a Belém em 1626, quando o governador da época Bento Maciel Parente doa um terreno com uma construção no Alagadiço da Juçara, para a fixação da congregação. Durante o século XVII os Carmelitas tornam-se proprietários de engenhos, lavouras, olarias e fazendas de criação e gado, ocupando as terras que vão do atual bairro Guamá até o distrito de Icoaraci (Sarquis & Lima, 2015, p. 91). Já a Ordem das Mercês se estabelece em Belém a partir de 1639, depois da viagem a Quito promovida por Pedro Teixeira e o seu retorno com alguns padres à Belém. Em 1640 estes padres fundam a Igreja e Convento dos Mercedários, e em 1665 uma pequena fortificação chamada de Baluarte Nossa Senhora das Mercês, ou Forte São Pedro Nolasco (Oliveira et al., 2018, p. 12). Belém neste período dividia-se em praticamente em dois bairros, um chamado de Cidade e outro Campina.

Entretanto, é no registro da sesmaria de Theodoreto Soares Pereyra em 8 de fevereiro de 1728, que encontramos o que pode ser a primeira descrição de propriedade da área onde viria a surgir o engenho. Quando o documento descreve que este senhor de engenho solicita duas léguas<sup>2</sup> de comprimento a esquerda do igarapé Tucunduba até o igarapé Boiussuquara, por uma légua de largura até o marco de Belém, entrando pelo igarapé do Murutucu:

“Me pedia lhe fizessce merce Conceder duas Legoas de terra, Começando da boca de Thucunduba pello Rio asscima a mao’ esquerda, e entrando pello Morticû dentro, e Igarapê da Boyussûcoara the onde findaram as ditas duas Legoas. Com húa de Centro que finda nos marcos desta Cidade”<sup>3</sup>  
(Instituto de Terras do Pará, 2010, p. 1)

---

<sup>2</sup> No Brasil do século XVIII entre 6.195 a 6.600 metros (J. J. de S. Cruz, 2009).

<sup>3</sup> Livro 04, Documento 25, Folha 20.



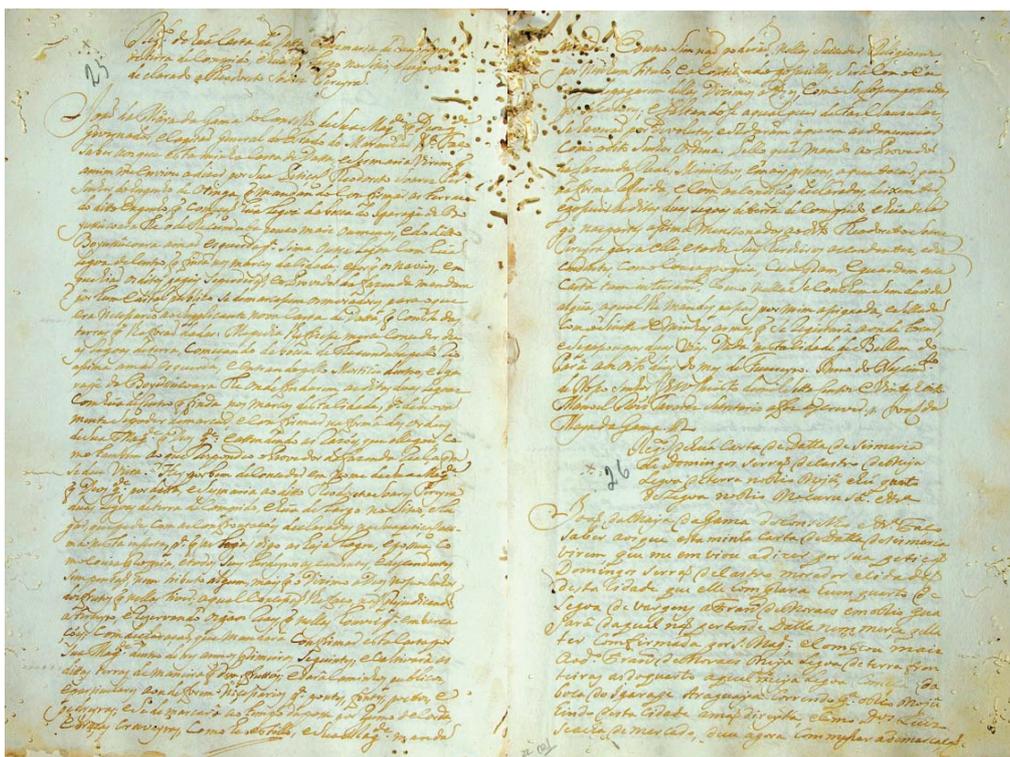


Figura 1. [Registo] de húa Carta de Datta e [Sesmaria] de [duas Legoa] de terra de Comprido, e hua [de] Largo no Sitio, e lugar [nella] declarado a Theodoretto [Soares] Pereyra, 1728.

A indústria canvieira em 1700 também passava por transformações, migrando forçosamente do Nordeste agora holandês, para os sertões do Grão-Pará e Maranhão. Na Amazônia as primeiras investidas açucareiras também foram dos holandeses na região do Xingu e por ingleses no Cabo Norte, e após a fundação de Belém tiveram início com o próprio Francisco Caldeira de Castelo Branco (Costa, 2018, p. 24). No entorno da cidade várias estruturas agrárias com vários engenhos e engenhocas dedicados a fabricação de açúcar e aguardente começam a se formar, tendo como principal foco o próprio mercado de Belém. Porém além da oficialidade do estado também corre outras ocupações na área, como pequenas unidades rurais e diversos quilombos e mocambos na região nem sempre documentados oficialmente (Marin, 2000, p. 30).

O Engenho do Murutucu pode ser caracterizado assim como um dos poucos exemplares vivos de moinhos movidos a maré na América; esta tecnologia foi desenvolvida na Irlanda durante o século VII, chegando em Portugal no século XII, e após o século XVI implantada no Brasil, mas somente na foz do Amazonas. Formado por um desvio no rio que levava a água do preia-mar para o represamento em uma barragem, e que depois no período da baixa-mar era liberada por um canal e calha para movimentação da roda d'água vertical que girava a moenda do engenho (Anderson & Marques, 1992, p. 6, Marques, 1993, p. 193). Também nas várzeas do próprio igarapé do Murutucu vamos encontrar a presença de vários canais de irrigação e drenagem como testemunhos de uma grande lavoura canavieira, além de um porto próprio as margens do igarapé (Watrin & Homma, 2007, p 54).

Estes elementos combinam-se para propiciar a implantação desta indústria açucareira nas cercanias de Belém do Pará, ainda no século XVII e XVIII. E neste cenário o Engenho do Murutucu vai ser também uma peça importante em todo este processo. Entretanto transformações outras ocorridas na sociedade colonial do século XIX e na republicana do século XX, também vão impactar positivamente e negativamente o sítio. Portanto, é neste entrelaçamento entre a macro e a micro história é que surge o legado patrimonial, e que aqui exploramos de forma narrativa.

## **1. O Engenho do Murutucu durante o Século XVIII**

Não tendo uma data de fundação definida, alguns autores colocam que na primeira metade do século XVIII após a construção da ermida pelos padres na área, João Manuel Rodrigues ou Roiz teria fundado nas terras da sua esposa o Engenho do “Mucutu”. João Manuel Rodrigues possuía extensas sesmarias localizadas entre Ourém e Bragança, doadas em



1768. E casou-se com Maria Rodrigues Martins, filha de Antonio Martins chamado de Paixão, e neta de Estácio Rodrigues que possuía duas sesmarias, uma no rio Guamá concedida em 1741, e outra na ilha Jabotipucaia em 1746. Estácio Rodrigues foi também o fundador da cidade de Vigia, antes chamada de São Jorge dos Álamos (Mello Junior, 1973, Salles, 1968, p. 3).

Em torno da segunda metade do século XVIII, alguns documentos históricos sugerem que o Engenho do Murutucu passa a ser propriedade do Ouvidor-Mor José Borges Valério, que em seu testamento faz referência ao Engenho chamado agora de Morticú, assim como a presença de “cobres, oficinas, serraria” e outras benfeitorias na área<sup>4</sup>. Após sua morte, na década seguinte de 1760 a propriedade é então adquirida por Domingos da Costa Bacelar, conforme um documento da época sobre a relação dos engenhos existentes na Comarca de Belém<sup>5</sup> (Marques, 2003, p. 36, 2004, p. 193).

José Borges Valério é também referido na documentação histórica sobre a epidemia de bexiga que matou mais de “mil escravos”, principalmente indígenas na região do Maranhão e do Pará entre 1724 e 1725. O próprio Ouvidor-Mor nesta carta de 1725 atribui a peste ser um castigo divino aos maus tratos dos portugueses para com seus escravos, porém no próprio documento também requer autorização ao Rei Dom João V para realizar descimentos de novos cativos (Chambouleyron et al., 2011, p. 17). Em 1726 José Borges Valério também vai emitir outro documento, agora solicitando ao Rei que seja construído um convento dos Carmelitas,

---

<sup>4</sup> REQUERIMENTO (certidão) do ex-ouvidor geral da capitania do Pará, Luís José Duarte Freire, para o rei [D. José], solicitando certidão da partilha do engenho de Morticú, que pertencera aos bens do casal do defunto Dr. José Borges Valério. 25/01/1752, AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 33, D. 3091.

<sup>5</sup> RELAÇÃO dos engenhos existentes na comarca do Pará. 1760-01-01. AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 45, D. 4142.

na vila de Vigia, este a pedido da população<sup>6</sup>. Portanto, é provável que durante a década de 1750 José Borges Valério e sua esposa foram os reais proprietários do Engenho do Murutucu, sendo depois possivelmente transferido para Domingos da Costa Barcelar, na década seguinte de 1760.

Domingos da Costa Barcelar além de proprietário do Engenho do Murutucu, foi também o responsável pela construção em meados do século XVIII do Palacete das Onze Janelas<sup>7</sup> como sua residência de final e semana. Em 1768 a edificação foi comprada pelo governo do Grão-Pará para abrigar o Hospital Real, e sua reforma foi conduzida pelo arquiteto italiano Antonio José Landi (Derenji & Derenji, 2009, p. 228). Giuseppe Antônio Landi, seu nome italiano de origem, nasceu em Bolonha na Itália em 1713, tendo formação em arquitetura pela Academia Clementina em 1730. Professor de arquitetura e perspectiva, foi contratado por Dom João V como desenhista da Comissão de Demarcação de Fronteiras entre Portugal e a Espanha na América do Sul, em decorrência do Tratado de Madri em 1750. Entre 1754 a 1761, atuou como desenhista natural do astrônomo e matemático italiano João Angelo Brunelli em Belém, e teve reconhecida sua atuação pelo governador do período Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A pedido do governador seguinte Bernardes de Melo e Castro se estabelece definitivamente em Belém, administrando inclusive a olaria da cidade (Cultural, 2020a, p. 1, Mendonça, 2003, p. 892).

Em 1766 Antonio José Landi compra o Engenho do Murutucu para implantar a sua própria olaria de cerâmica vidrada, e vive no local até sua morte em 1791. Entre as atividades desenvolvidas no engenho incluem-se o comércio de cacau, o cultivo de cana-de-açúcar, o

---

<sup>6</sup> Carta do ouvidor-geral da capitania do Pará, José Borges Valério, ao rei [D. João VI], sobre o pedido dos moradores da vila da Vigia para que ali se construa um Convento da Ordem do Carmo. 1726-09-10, AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 9, D. 844.

<sup>7</sup> Em 1754, o prédio já aparece na perspectiva da cidade feita pelo engenheiro militar alemão Johann Andreas Schwebel, como tendo dois andares, seis janelas e mais uma mansarda (Oberacker Junior, 1972, p.16).



plântio de café, arroz e algodão, e a adaptação de espécies estrangeiras como a manga, jaca e tâmara. Assim como a produção de tijolos, telhas, cerâmica e principalmente aguardente, tornando-se inclusive membro da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Ele também fez parte da irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Ana e da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, sua proximidade com as ordens religiosas e os governadores da província, fizeram dele o arquiteto régio da cidade. Em 1780 um documento de Landi solicita mais de vinte escravos para o canavial e expõe a quantidade de trabalhadores no Murutucu, como sendo de “setenta pessoas, entre índios, índias e rapazes nascidos no dito engenho”<sup>8</sup>. Após a morte de Landi aos 78 anos no próprio engenho, este passa a ser propriedade de sua filha Ana Teresa de Souza de Azevedo Landi, que era casada com o Capitão João Antônio Rodrigues Martins que era também proprietário dos engenhos de Mocajuba e Utinga<sup>9</sup>, e filho do provável fundador do engenho João Manuel Rodrigues (Coimbra, 2003, p. 100, Mello Junior, 1973, p. 16, Mendonça, 2003, p. 892, Papavero et al., 2002, p. 260, Salles, 1968, p. 3).

A capela do engenho mesmo com algumas divergências sobre a época da sua reforma talvez em 1758 ou 1762, ou mesmo se foi uma reconstrução ou relocação, com certeza ainda mantém os traços do arquiteto bolonhês. Com caráter neoclássico e paladiano, apresenta construção em alvenaria de tijolos com espessura de 4 cm, o recinto da nave retangular medindo 5 x 10 m, com 3 vãos de portas e 2 vãos de janelas. Possui uma parede de fundo cega para conter o retábulo, e especiais são os tijolos das colunas em formato circular. A ermida é também composta por arcos e colunas dóricas, e onde sobre as portas existem um representativo ornamento circular, o que constitui praticamente a assinatura arquitetônica de

---

<sup>8</sup> OFÍCIO de António José Landi para os oficiais do Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará, sobre a compra do engenho de Mortecû no ano de 1766, e as dificuldades ocorridas com os índios e índias ali existentes e que trabalham nas plantações de açúcar, cacau, café e arroz e fabrico de olaria. 1780-11-19. AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 87, D. 7076.

<sup>9</sup> Relação dos Engenhos e Engenhocas do distrito da Cidade que pagavam foro a Câmara. Códice 136 de 16 de Julho de 1822 – ABEP (Rosa Elizabeth Acevedo Marin & Castro, 2004, p. 273). Landi. Outra impressão é de que a obra ficou inacabada, pois não possui indícios de

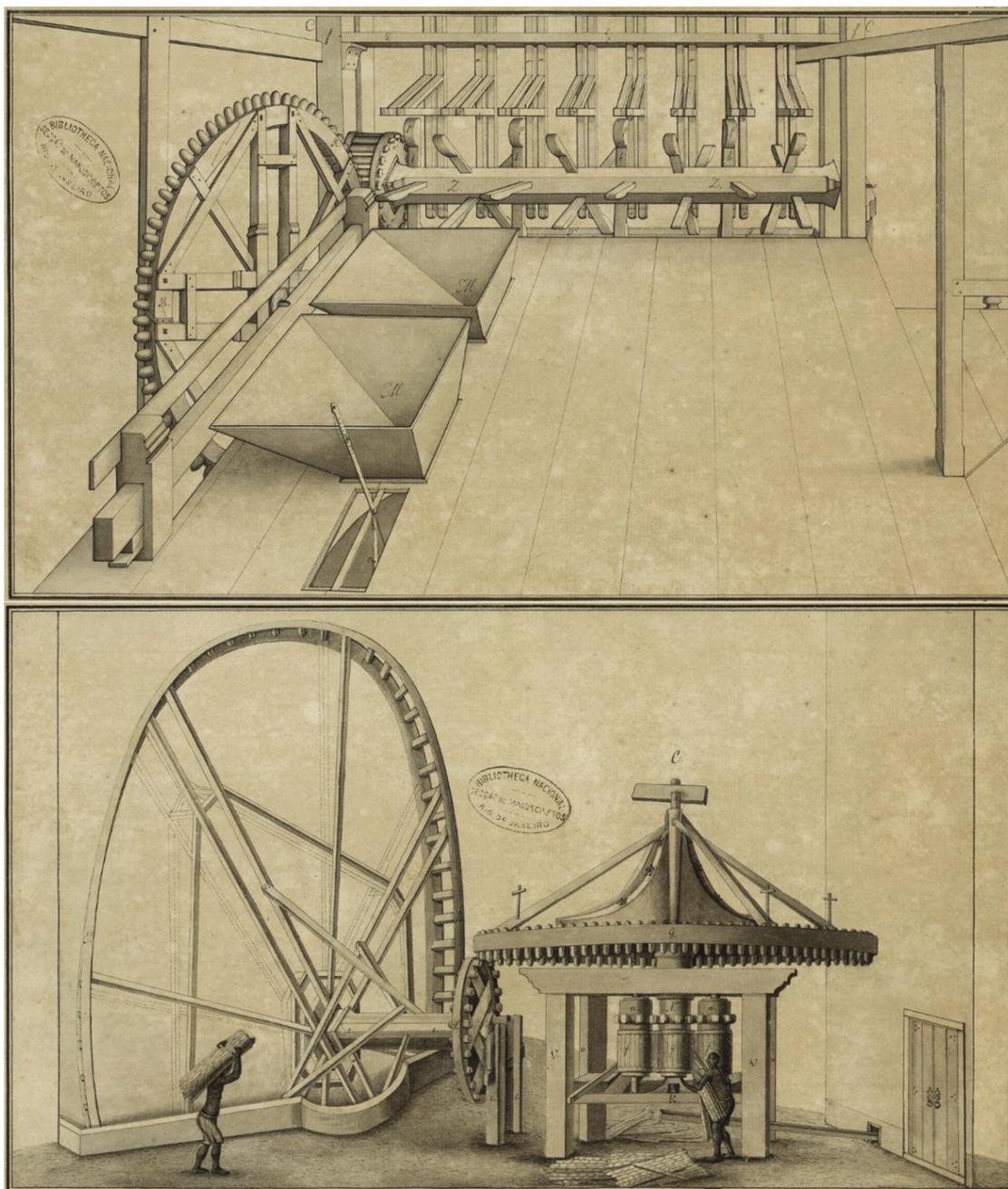


revestimento interno ou externo, cobertura ou piso, assim como ainda possui a presença de agulheiros para a fixação de andaimes. Entretanto, mesmo que esta capela nunca tenha sido usada, pois poderia existir outra capela próxima, o resto do empreendimento colonial estava em pleno funcionamento. Sendo que em 1788 o próprio Dom Caetano Brandão realiza uma visita pastoral ao engenho e comenta que a “fazenda” rendia mais de vinte mil cruzados de Réis anualmente em aguardente, causando inveja as demais da província (Coimbra, 2003, p. 100, Garcia, 2011, p. 149, Mello Junior, 1973, p. 16, Mendonça, 2003, p. 892, Salles, 1968, p. 3).

Durante a viagem filosófica do naturalista e documentarista Alexandre Rodrigues Ferreira (1783 a 1792), algumas ilustrações também chamam a atenção. Realizados por Joaquim José Codina, que era um desenhista, pintor, copista e aquarelista e que entre 1783 a 1790 acompanhou a expedição na região da cidade do Pará. Encontram-se figuras como a representação de uma moagem de canas em uma moenda de cilindros verticais movida por uma roda hidráulica; um engenho de pilões de socar; e a frontaria da casa de João Manoel Rodrigues que foi o proprietário fundador do Engenho do Murutucu (Mello Junior, 1974, p. 325).

Em 1795 o Tenente-Coronel João Antônio Rodrigues Martins em carta ao Governador do Grão-Pará solicita a compra de “meia légua de terras adjacentes à Fazenda Murutucu”. Que começavam no igarapé Oriboquinha e ia até os charcos de Nazaré, esta área a época continha mais de seis estradas de borracha e 8.000 pés de cacau e madeira real.

O brigadeiro comandou a invasão Portuguesa a Guiana Francesa em 1809 como represália as invasões napoleônicas em Portugal de 1807, sendo que sua tomada durou até 1817 (Coimbra, 2003, p. 100, Cruz, 1963, p. 388, Mello Junior, 1973, p. 16, Salles, 1968, p. 3).



*Figuras 1. e 2. Moagem de canas em uma moenda de cilindros verticais movida por uma roda hidráulica e Engenho de pilões de socar, nanquim, p&b. Biblioteca Nacional (Brasil).  
Fonte: Joaquim José Codina, 17--.*

É interessante notar, portanto, que durante todo o século XVIII o Engenho do Murutucu sempre esteve ligado oficialmente aos mais ilustres personagens da historiografia do Grão-Pará. Sendo que na primeira metade do século XVIII, foi fundado pelo maior proprietário de engenhos da capitania João Rodrigues, passando a propriedade rapidamente por outros dois abastados senhores de engenho da época, Borges Valério e Domingos

Barcelar. Aqui podemos observar que a propriedade apesar da troca de nomes permanece durante toda a primeira metade do século XVIII, alinhada com a elite econômica da região, e produtora do principal item de troca e consumo interno do período colonial na Amazônia: a aguardente.

Entretanto, já na segunda metade do século XVIII o Engenho do Murutucu passa pela sua primeira mudança. Quando torna-se propriedade de Antonio Landi, que não era um senhor de engenho luso-brasileiro, mas um famoso arquiteto italiano. Neste período parece também que o engenho diversifica a sua produção, assim como ocorre ainda a introdução de africanos escravizados mediante a proibição da escravidão de indígenas. E neste período também que ocorre a (re)construção da principal edificação do engenho, a capela para ao casamento da sua filha. Após a morte de Landi, o engenho permanece na alçada da família, agora em nome da sua herdeira Ana Teresa e seu marido João Martins.

## **2. O Engenho do Murutucu durante o Século XIX**

O genro póstumo de Landi além de membro da aristocracia era também o intendente responsável pela construção de navios no Arsenal da Marinha. Foi durante este período do final do século XVIII e início do século XIX que segundo alguns autores o engenho vai atingir o seu esplendor. Em 1819 o brigadeiro leva toda a guarnição de Belém até o engenho durante uma marcha de mais que duas léguas, e onde depois da prova física é fornecida uma “abundante alimentação” para toda a tropa no sítio. Com a morte do Brigadeiro João Antonio Martins em 1821, a propriedade passa para sua filha Ângela Joana Pereira Martins, que era também casada com o tenente coronel Francisco Marquês D’Elvas Portugal, futuro



Comandante dos Voluntários de Belém (Barata, 1973, p. 376, Coimbra, 2003, p. 100, Mello Junior, 1973, p. 16, Salles, 1968, p. 3).

Porém, em carta de 14 de agosto de 1835 o Engenho do Murutucu também esteve relacionado à Guerra da Cabanagem, quando foi utilizado como sede do acampamento dos revoltosos liderados por Antônio Pedro Vinagre, Eduardo Francisco Nogueira Angelim, Geraldo Francisco Nogueira Gavião, Manuel Antônio Nogueira, Manuel José da Silva Paraense, André Pinto de Araújo Amazonas e Geraldo de Oliveira Vinagre. Partindo do engenho e seguindo pela antiga estrada do Utinga, as forças cabanas realizaram a sua segunda invasão a Belém. Segundo alguns historiadores esta ocupação também teria ocorrido como represália ao chefe da Guarda Nacional em Belém o então comandante João Marcelino Rodrigues Martins, conhecido como Mundurucu Paiquicé. João Marcelino era filho de João Antonio Rodrigues Martins e irmão de Angela Joana Pereira Martins, sendo parente dos donos do Engenho do Murutucu. Outros autores também adicionam que em 1836 o engenho encontrava-se abandonado, sendo inclusive requisitado ao terceiro e último presidente cabano por João Antônio Sete como moradia para ele e seus familiares (Cruz, 1963, p. 388, Garcia, 2011, p. 149, Hurley, 1936, p. 263, Monteiro, 2005, p. 264, Raiol, 1970, p. 506 Salles, 1992, p. 318).

Em 1841, depois da morte de Francisco Marquês D'Elvas Portugal, o engenho é novamente vendido á Henrique Antônio Strauss por 16 contos de réis. Quando na escritura lavrada pelo tabelião Paulo Perdigão constam como bens imóveis: Casa de vivenda (Casa Grande); Casa de engenho (Fábrica), rancho dos presos (escravos?), uma roda de água, moendas de ferro, um vapor com moendas de ferro e desconcertado (máquina), uma serraria, um alambique de cobre com serpentina, tachas de ferro, uma balança romana, um carro grande e um pequeno, um batelão (tipo de barçaça), duas canoas pequenas, uma ferraria e três canaviais. Além disso também são listados com bens moventes ou semoventes: 7 cabeças de



gado vacum (vacas), 60 cabeças de gado lanígero (ovelhas), e 48 escravos: 12 homens, 21 mulheres, e 15 menores “alguns de colo e outros em idade de servir”. No interior da capela encontravam-se uma imagem de São Pedro, 10 castiçais de prata, vasos de flores, crucifixos, campainha, placas de espelho, cômoda, espanador de penas, cortina de Damasco, estante de missal, cálice com pátena (prato), palas de cálice (tampa), toalhas de altar e galhetas (Coimbra, 2003, p. 100, Cruz, 1963, p. 388, Garcia, 2011, p. 149).

Por volta de 1850, segundo testemunho do viajante John Esaias Warren o engenho encontrava-se em estado de abandono, e só servia agora para coleta de caramujos, conforme o próprio explorador norte-americano:

“Some twenty or thirty years ago, Spix and Von Martins, two eminent German naturalists, spent several weeks at this romantic spot, in whose near vicinity they succeeded in collecting a variety of rare specimens, both of insects and plants and birds. They could not have selected a location more convenient for their laudable purposes than this, anywhere within the neighborhood of the city, and it was this fact that induced them to take up their abode there, in defiance of its dilapidated condition, and the numerous intruders, in the way of bats and reptiles, that were accustomed to frequent its moss-grown and tottering walls”<sup>10</sup>

(Warren, 1851, p. 80).

Entretanto, em 1853 no inventário de Vicente Antônio d Miranda<sup>11</sup> o Engenho do Murutucu é citado como o local onde viviam 129 cativos, todos empregados na produção de e 28 tinham idade superior a 50 anos. O Engenho do Murutucu era, portanto, o maior plantel de

---

<sup>10</sup> Cerca de vinte ou trinta anos atrás, Spix e Von Martins, dois eminentes naturalistas alemães, passaram várias semanas nesse local romântico, em cuja vizinhança conseguiram coletar uma variedade de espécimes raros, tanto de insetos quanto de plantas e pássaros. Eles não poderiam ter escolhido um local mais conveniente para seus louváveis propósitos do que isso, em qualquer lugar da vizinhança da cidade, e foi esse fato que os levou a morar lá, desafiando sua condição degradada e os numerosos intrusos, como morcegos e répteis, acostumados a frequentar suas paredes cobertas de musgo e instáveis. Tradução do autor.

<sup>11</sup> CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A).



escravos no entorno da região urbana de Belém durante toda a segunda metade do século XIX<sup>12</sup> (Barroso, 2017, p. 342). Já em 1861 tanto a capela com suas imagens quanto a casa de residência do Engenho do Murutucu aparecem nos domínios dos herdeiros do comendador.

Na década seguinte o Engenho do Murutucu aparece nas fotografias de Felipe Augusto Fidanza. Fidanza foi um fotógrafo e pintor português que residiu em Belém a partir de 1860, tendo registrado inclusive a visita de Dom Pedro II em 1867. Fez diversos registros de Belém e Manaus como cartão-postal, participando de inúmeras feiras com exposições, suicidando-se em retorno ao Brasil de Portugal em 1903 (Cultural, 2020b, p. 1). Entre as suas obras estão duas fotografias tiradas do Engenho do Murutucu por volta de 187?-?, onde xaparecem além de pessoas e animais vivendo na área, também uma construção em pau-a-pique, a capela já sem telhado, a casa grande ocupada, o engenho com duas chaminés uma palhoça.



*Figura 3.* Engenho de açúcar em Murutucu, Belém, PA.  
Fonte: Felipe Augusto Fidanza, 187?-?.

---

<sup>12</sup> Título que só foi substituído pelo filho do próprio Vicente Antônio Miranda, José Antonio Miranda em 1879, quando a sua propriedade no rio Capim a Fazenda Taperuçu possuía um plantel de 185 escravos (Barroso, 2017, p. 236). CMA/UFPA Cartório Odon Rhossard (2 Vara Cível) Inventários *post-mortem*, cx. 35 (1879, p. 1). Vicente Antônio Miranda (Cruz, 1963, p. 388, Garcia, 2011, p. 149, Watrin & Homma, 2007, p. 54).



*Figura 4.* Engenho de açúcar em Murutucu, Belém, PA. Fonte: Felipe Augusto Fidanza, 187?-????.

Em 1872, o engenho foi referido novamente em uma escritura de dívida e hipoteca por seus então proprietários José de Carvalho Serzedelo e Leonardo Augusto Faria Vivas, que possuíam a firma Serzedelo & Faria Vivas, ao Banco Comercial do Pará. Neste momento o engenho ainda fabrica açúcar mascavo e aguardente, utilizando tanto o vapor a lenha na moenda como a roda d'água na serraria, as casas de vivenda (dos senhores e escravos) e capela. O documento ainda atesta que tudo estava em pleno uso, e que a escravatura era numerosa.

Em outra escritura lavrada em 9 de dezembro de 1882 a área do Engenho do Murutucu ocupava desde o igarapé Tucunduba até o igarapé Uriboça, nas terras da chamada fazenda Utinga que perfaziam quase quatro léguas a época. Já no final do século XIX, o Engenho do Murutucu ou também Murtucú agora pertencia a Frederico Pond e Emílio Martins & Cia. Em 1884 é feita a demarcação da velha sesmaria com uma área de 3.844, 52<sup>ha</sup> na forma de um

polígono irregular de sete lados. Posteriormente o engenho passa para propriedade do Cônego José Lourenço da Costa Aguiar (Cruz, 1963, p. 388, Garcia, 2011, p. 149, Watrin & Homma, 2007, p. 54).

Durante o século XIX, diversos acontecimentos atravessaram o Engenho do Murutucu, quando após a morte de João Martins, sua filha Ângela Martins e o marido Francisco Portugal assumem a propriedade no primeiro quartel do século.

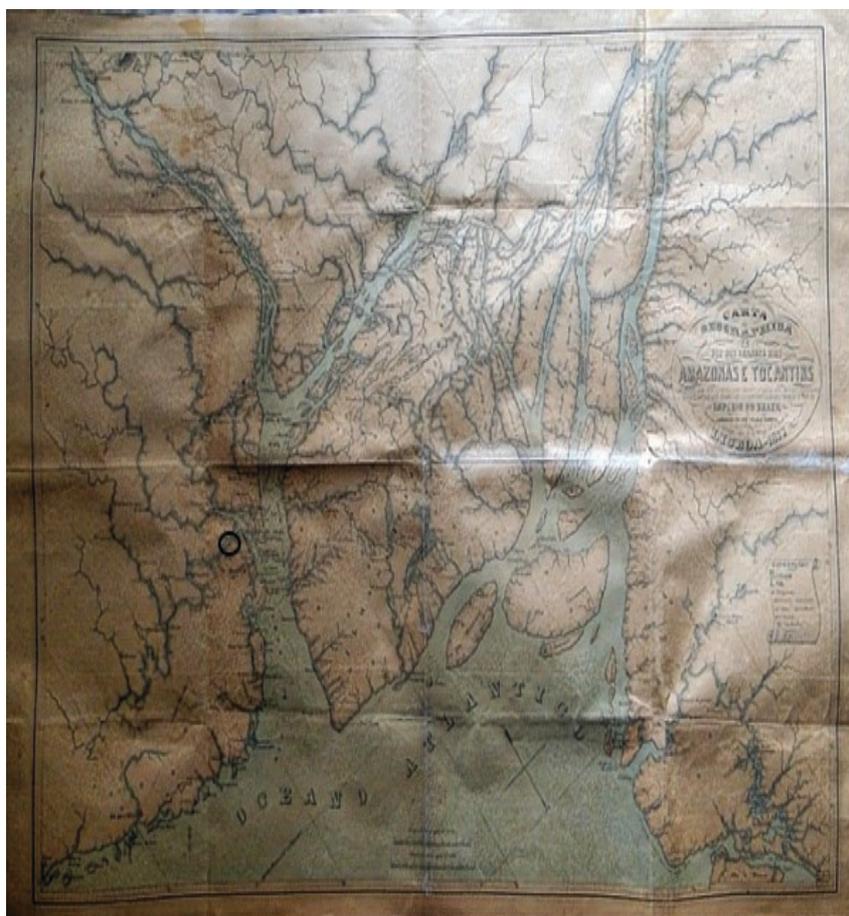


Figura 5. Mappa do rio Tocantins. Lisboa, Portugal. Fonte: Barreto, José Velloso, 1877.

Mas já no segundo quartel do século XIX, o engenho é ocupado pelo movimento da Cabanagem, que em franco conflito com a elite local, pode também ter visto na pessoa de João Martins o irmão da proprietária mais um símbolo antagonista. Entretanto, antes dos meados do século a morte de Francisco Portugal leva o engenho a ser propriedade de

Henrique Strauss. Mesmo período no qual o viajante John Warren relata ter visto ruínas no local. Só que seu seguinte proprietário Vicente Miranda também informa, que em meados do século XIX, o Engenho do Murutucu possui o maior plantel de escravos do entorno da cidade de Belém.

Tanto que as fotografias de Felipe Fidanza no terceiro quartel do século XIX retratam todo este potentado. Durante este esplendor, o engenho passa então a novo proprietário, a firma Serzedelo & Vivas no último quartel do século XIX. Sendo que o engenho na sequência foi arrematado por outra firma, agora Pond, Martins & Cia, até virar propriedade do Cônego Aguiar.

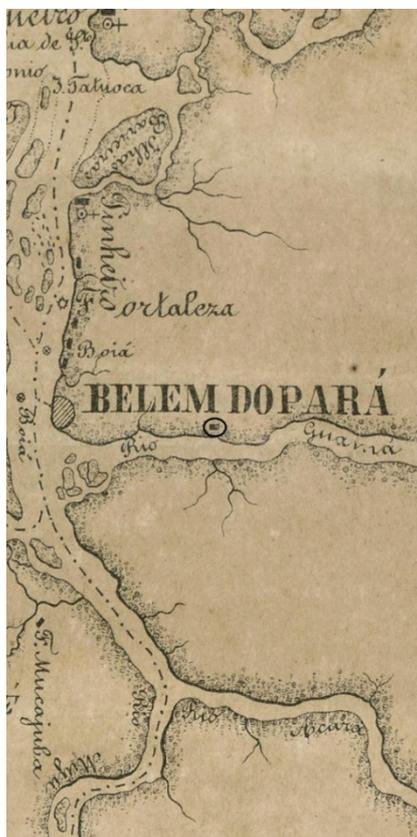


Figura 6. Mapa do rio Tocantins. Lisboa, Portugal. Fonte: José Velloso Barreto, 1877.

### 3. O Engenho do Murutucu durante o Século XX

Em 1939 a fazenda do Murutucu foi comprada do senador Álvaro Adolfo da Silveira pelo Ministério da Agricultura para ser a sede do antigo Instituto Agrônômico do Norte –

IAN, e atual Embrapa Amazônia Oriental, sendo que em 1940 torna-se patrimônio da União. Na época a fazenda tinha 3.185,17ha e o terreno ia desde o igarapé Sapucajuba até o rio Oriboquinha, onde além das “ruínas” também contava com a casa da fazenda e áreas agrícolas em estado de abandono, com cerca de 110ha. Com abertura de vias de acesso, formação de viveiros e instalação de barracões é que se dá a ocupação física da área do Instituto. De 1944 a 1946 o restante da área vai ser preparada para a implantação de experimentos agrônômico, em 1948 são feitos os primeiros drenos entre os igarapés Murutucu e Catu, e em 1960 ocorre a introdução de um rebanho bubalino em área de pastagem (Watrin & Homma, 2007).



*Figura 7.* Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: IPHAN, 1949.



*Figura 8.* Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: IPHAN, 1949.

É na década de 1960 também que surge a comunidade ribeirinha de Icatuzinho próxima ao igarapé Catu. A comunidade nasce com o estabelecimento do casal Maria Petrolina, também conhecida como Dona Biloca, seu marido Galdêncio, sua filha Ernestina de Noronha Chagas e seu marido Pedro de Noronha Chagas. O casal fundador trabalhava na carvoaria do IAN, mas devido a um acidente com o Sr. Galdêncio, recebem permissão da direção do instituto para fixar moradia no local, “riscar” os seringais, coletar cacau e açaí, e pescar camarões e peixes. A família cresce e agregados constroem casas no entorno, até a chegada de novos moradores como o Sr. Abaeté na década de 1970. Com a instalação de energia elétrica na segunda metade da década de 1980 o nome da comunidade muda para Porto da Ceasa (Lisboa, 2009).



Figura 9. Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição.  
Fonte: IPHAN, 1962.

Em 1964 foram realizadas as primeiras cessões de área do instituto a outras instituições, sendo 98ha a Universidade Federal do Pará – UFPA, e 232ha a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Em 1972 42,2ha de áreas contíguas ao sítio histórico são cedidas a Central de Abastecimentos do Pará – Ceasa, mas só em 1978 é que a formalização da área ao governo do estado ocorre. A cessão da área próxima ao sítio por sua vez comprometeu a integridade física, pois a floresta do entorno foi fragmentada ficando vulnerável a ações antrópicas. As vias de comunicação consolidadas, instalação de um porto comercial e trânsito intenso, serviram de catalizadores para o estabelecimento de ocupações. É também após 1973 que a chaminé de alvenaria do sistema a vapor em que um apuizeiro<sup>13</sup> ou o “polvo da floresta” havia se sustentado ruiu (Mello Junior, 1971, Watrin & Homma, 2007).

Em 1981 o sítio histórico Engenho do Murutucu é tombado<sup>14</sup> pela Subsecretaria do

---

<sup>13</sup> *Ficus Fagiola*, árvore da família das moráceas, que cresce de forma parasitária em outras plantas (ou coisas), matando-as.

<sup>14</sup> É um ato de reconhecimento do valor histórico, artístico, cultural ou arqueológico de um bem instituído por regime jurídico próprio, transformando-o e através de um ato público oficial em patrimônio nacional, estadual ou municipal no Brasil.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (depois IPHAN), reivindicação antiga que desde 1964 era conduzida pelo arquiteto Augusto Silva Telles, em 1978 capitaneada pelo deputado Lucival Barbalho, e em 1980 assumida pelo arquiteto Euler Santos Arruda (O Liberal, 1981). No processo de tombamento também constam certas recomendações a época, como de uma prospecção arqueológica da área, ou mesmo uma observação sobre a padronização do nome do sítio. Enquanto, a certidão de tombamento assinada pelo então secretário da cultura do ministério da Educação e Cultura, Aloisio Magalhães estabelece que:

As ruínas do antigo Engenho de Murutucu ficam delimitadas pela poligonal que inicia no portão existente junto ao pórtico de entrada da CEASA e segue ao longo da cerca que margeia a estrada de acesso ao porto, numa extensão de 400ms; inflete a 90° em direção ao igarapé Murutucu, numa extensão de 400ms, cruzando o referido igarapé; inflete novamente a 90°, numa extensão de 500ms; torna a infletir a 90° em direção à estrada da CEASA, seguindo por esta até o portão junto ao pórtico da entrada da CEASA (SPHAN, 1981).

Neste mesmo ano de 1981, 10ha da área são vendidos pela primeira vez ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para a implantação do campus de pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG (Watrin & Homma, 2007). Todavia, em 1983 após algumas negociações entre a EMPRAPA e o IPHAN a área tombada do sítio fica alterada tendo como limites a estrada da CEASA por 400m a partir do pórtico de entrada, e por duas linhas transversais unindo a estrada ao igarapé. Em 1984 a EMBRAPA dirige-se ao IPHAN em busca de parcerias para a manutenção do patrimônio, já que vinha sendo cobrada pela opinião pública sobre o estado de preservação das ruínas. É também em 1986 que alguns movimentos capitaneados pela EMBRAPA e envolvendo diversas entidades Estaduais e Federais são feitos em prol da conservação e restauro das ruínas, com sucessivas reuniões entre os órgãos inclusive no local, porém nada foi efetivamente implementado (A Província do Pará, 1986; O Liberal, 1986).





*Figura 10.* Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: IPHAN, 1982.

Contudo, é em 1995 que o sítio arqueológico histórico recebe seu maior golpe. Quando as ruínas da Casa Grande do Engenho são totalmente demolidas por operários de uma construtora a serviço do Estado, que realizavam obras de manutenção na nova estrada da Ceasa/Fazenda Velha, para obtenção de pedras que serviram para tapar os buracos da rodovia que antes era chamada de Murutucu. Este episódio ainda resultou em ações legais contra a firma e o Estado que de forma mitigatória construíram dois prédios na área do sítio, um centro de visitantes e um laboratório de pesquisa. Mesmo em convênio com o MPEG para gestão da área, os espaços nunca foram utilizados, resultando nas suas degradações ao longo do tempo. Um projeto de estabilização, segurança e infraestrutura para visitação do sítio também foi elaborado, mas sem ser nunca implementado (Gusmão, 2013).

Em 1997 a Prefeitura Municipal de Belém - PMB e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN recebem a cessão nominal para administração de 5,9ha da área do sítio, mas que acabou vencendo dez anos depois (Watrín & Homma, 2007). De 2008 a 2018 o Engenho do Murutucu volta a ser propriedade da EMBRAPA - Amazônia Oriental. Até que em 08 de fevereiro de 2019 é firmado um contrato entre a EMBRAPA e a

UFPA para o comodato da área no âmbito do Plano de Gestão para Criação do Parque Arqueológico do Murutucu, tendo a vigência de 30 anos.

Outros registros que não só dos documentais oficiais também foram realizados sobre o engenho, são aquarelas, fotografias e filmagens de famosos artistas que desde meados do século XX vem registrando a passagem do tempo por entre as ruínas. Durante a década de 1940 e 1950 o Engenho do Murutucu foi palco de pintores e desenhistas como Ruy Meira, Arthur Frazão e Irene Dias Teixeira. Entre as obras mais icônicas que hoje compõem o acervo do Museu de Arte de Belém – MABE, podemos citar os desenhos Capela - Ruínas do Murutucu I e Capela - Ruínas do Murutucu II de 1951, e pintura Ruínas do Engenho Murutucu de 1952. Em 1948 as ruínas do Engenho do Murutucu também diversas cenas são retratadas pelas lentes do fotógrafo e etnógrafo Pierre Verger com sua exclusiva máquina Rolleiflex em uma de suas diversas passagens por Belém. E em 1976 as ruínas do engenho são então filmadas pelo cineasta Ivan Cardoso, na abertura do vídeo documentário Ruínas de Murutucu, este vídeo aborda de forma antropológica a cidade de Belém do Pará, sendo considerado uma exceção do gênero na carreira do artista.

O século XX trouxe mudanças cada vez mais radicais para o engenho, sendo a primeira já aos quarenta anos desse século quando passa de propriedade de um agente do governo, o senador Álvaro Adolfo, para o governo propriamente dito, através da aquisição pela futura EMBRAPA. Deste período então, a propriedade não é mais problema, pois agora tudo é do Estado; mas sim o próprio engenho, que já não fabrica mais aguardente e agora procura uma nova função. Entre o abandono e a ocupação, o engenho também se transforma como o tempo, e adquire uma nova áurea patrimonial já no final do século XX, assim que recebe o título nacional de tombamento. Mesmo que o reconhecimento tenha trazido consigo parte da destruição, esta nova função do engenho como patrimônio nacional, também investe no seu próprio autoconhecimento.



#### 4. E o Engenho do Murutucu no século XXI?

Hoje o Engenho do Murutucu é um singular patrimônio cultural e ambiental da Amazônia. Mesmo que a sua história aqui contada não esteja completa, diversos aspectos estruturais, conjecturais e eventuais podem ser identificados nesta pesquisa. O engenho em primeira mão se relaciona diretamente com o processo de ocupação e fixação da coroa portuguesa na Amazônia, trazendo para o Grão-Pará a indústria canavieira já tão bem estabelecida no nordeste brasileiro. Mesmo que vestígios arqueológicos indiquem a presença material europeia na área para o início do século XVII (1612), é no início do século XVIII (1711) que temos a primeira informação documental sobre a ocupação do espaço, por parte dos frades Carmelitas e a sua capela de N. S. da Conceição.

A partir de então, a área passa também por diversos proprietários, como Theodoro Pereira em 1728, João Rodrigues de 1728 a 1750, Borges Valério de 1750 a 1760, Domingos Barcelar de 1760 a 1766, Antonio Landi de 1766 a 1791, Ana Tereza e João Antonio Rodrigues de 1791 a 1821, Angela Joana e Francisco Portugal de 1821 a 1835, ocupação Cabana e abandono de 1835 a 1841, Antonio Strauss de 1841 a 1850, visita de John Warren em 1850, Vicente Miranda de 1850 a 1861, José Serzedelo e Augusto Farias de 1861 a 1872, Frederico Pond e Emilio Martins de 1872 a 1884, Conego Aguiar do final do século XIX ao início do século XX, senador Álvaro Adolfo até 1939, e desde então propriedade da EMBRAPA, até 2019 com o comodato à UFPA.



É interessante notar que durante toda esta cronologia não só foram as figuras ilustres que ocuparam este lugar único, mas também diversas pessoas anônimas e anônimos que subalternizados viveram um dia a dia não contado nesta documentação. Este é um relato que ainda precisa ser feito, mesmo que esteja fixo só na materialização de seus pensamentos e ações. O Engenho do Murutucu, mesmo tombado como patrimônio nacional desde 1981, tem muito de sua história ainda em mistério, criando mitos, alimentando lendas, evocando memórias e sentimentos, ou simplesmente tentando manter-se escondido através do abraço dos apuizeiros que já duram mais de séculos.



Figura 11. Estado atual do processo de arruinamento no Engenho do Murutucu. Fonte: Costa, 2014.

## Referencias

A Província do Pará. (1986, agosto 16). *Para salvar o Murutucu*.

Anderson, S. D. & Marques, F. L. T. (1992). Engenhos movidos a maré no estuário do amazonas: Vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, Pará. In *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 8(2), 295–301.

- Barata, M. (1973). *Formação Histórica do Pará*. Pará: Universidade Federal do Pará.
- Barroso, D. S. (2017). *O cativoiro à sombra: Estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. [Tese de Doutorado, USP]. Obtido na <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08122017-154641/pt-br.php>
- Chambouleyron, R., Barbosa, B. C., Bombardi, F. A., & Sousa, C. R. de. (2011). “Formidável contágio”: Epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). In *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. 18, 987–1004.
- Coimbra, O. (2003). *Engenharia militar européia na Amazônia do século XVIII: as três décadas de Landi do Gram-Pará*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém.
- Costa, D. M. (2018). Eco-historical Archaeology in the Brazilian Amazon: Material, Natural and Cultural Western Transformations. In Souza, M. A. T. de & Costa, D. M. (Orgs.) *Historical Archaeology and Environment*. Springer International Publishing, 65–86. Obtido na [https://doi.org/10.1007/978-3-319-90857-1\\_4](https://doi.org/10.1007/978-3-319-90857-1_4)
- Costa, D. M. (2017a). Arqueologia Histórica Amazônica. *Revista de Arqueologia*, 30(1), 154. Obtido na <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.506>
- Costa, D. M. (2017b). Historical Archaeology in the Amazon: The Murutucu Sugar Cane Mill Field School Project. In *International Journal of Historical Archaeology*, 21(3), 674–689. Obtido na <https://doi.org/10.1007/s10761-017-0400-y>
- Cruz, E. (1963). *História do Pará*. Pará: Universidade Federal do Pará, vol. 1.
- Cruz, J. J. de S. (2009). Do Pé Real à Légua da Póvoa. In *Revista Militar*. Obtido na <https://www.revistamilitar.pt/artigo/500>
- Cultural, I. I. (2020a). *Antonio Landi*. Enciclopédia Itaú Cultural. Obtido na <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa206974/antonio-landi>



- Cultural, I. I. (2020b). *Felipe Augusto Fidanza*. Enciclopédia Itaú Cultural. Obtido na <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21622/felipe-augusto-fidanza>
- Derenji, J. da S. & Derenji, J. (2009). *Igrejas, palácios e palacetes de Belém*. Iphan / Programa Monumenta. vol. 6.
- Garcia, G. L. (2011). *Memória dos engenhos do baixo Tocantins: Antigos engenhos de aguardente. Municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri*. Eládio Lobato.
- Gusmão, R. (2013). *Olhar Museológico para a Arqueologia: Potencialidades de Musealização do Sítio Colonial “Engenho Murutucu” em Belém-PA* [Tcc, UFPA]. Obtido na [https://www.academia.edu/39963574/OLHAR\\_MUSEOL%C3%93GICO\\_PARA\\_A\\_ARQUEOLOGIA\\_POTENCIALIDADES\\_DE\\_MUSEALIZA%C3%87%C3%83O\\_D\\_O\\_S%C3%8DTIO\\_COLONIAL\\_ENGENHO\\_MURUTUCU\\_EM\\_BEL%C3%89M\\_PA](https://www.academia.edu/39963574/OLHAR_MUSEOL%C3%93GICO_PARA_A_ARQUEOLOGIA_POTENCIALIDADES_DE_MUSEALIZA%C3%87%C3%83O_D_O_S%C3%8DTIO_COLONIAL_ENGENHO_MURUTUCU_EM_BEL%C3%89M_PA)
- Hurley, J. (1936). *A Cabanagem*. Livraria Clássica.
- Instituto de Terras do Pará (2010). *Coleção Iterpa Sesmarias de 1721 a 1824*. Obtido na [http://www.rosepepe.com.br/hotsite\\_acervo/sesmarias/conteudo/Livro\\_04/doc025.htm](http://www.rosepepe.com.br/hotsite_acervo/sesmarias/conteudo/Livro_04/doc025.htm)
- Lisboa, P. L. B. (2009). *Aurá: Comunidades & Florestas*. MPEG.
- Marin, Rosa Elisabeth Acevedo. (2000). Camponeses, Donos de Engenhos e Escravos na Região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *papers do NAEA*, 153, 30.
- Marin, R. E. A. & Castro, E. M. R. de (2004). *No Caminho de Pedras de Abacatal: Experiência social de grupos negros no Pará (2ª)*. NAEA/UFPA.
- Marques, F. L. T. (1993). *Engenhos de Maré em Barcarena, Pará: Arqueologia de seus Sistemas Motrizes* [Dissertação de Mestrado]. PUCRS.

- Marques, F. L. T. (2003). Organização espacial e cultura material no Engenho Murutucu: Uma abordagem arqueológica [Powerpoint]. In *Simpósio Internacional Landi e o Século XVIII na Amazônia*. Belém.
- Marques, F. L. T. (2004). *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX* [Tese de Doutorado]. PUCRS.
- Mello Junior, D. (1971). A Capela do Engenho Murutucu em Belém do Pará. In *Antonio José Landi: Arquiteto de Belém*. Grafisa.
- Mello Junior, D. (1973). Antonio José Landi—Arquiteto de Belém: Seus Clientes Senhores de Engenho. In *Brasil Açucareiro*, 105–111.
- Mendonça, I. M. G. (2003). *Antonio José Landi (1713-1791): Um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Monteiro, B. (2005). *História do Pará*. Amazônia.
- O Liberal. (1981, maio 19). *Lucival pede ao IPHAN tombamento de Murutucu*.
- O Liberal. (1986, julho 15). *Recuperação das ruínas de Murutucu está sendo estudada*.
- Oberacker Junior, C. H. (1972). Dois cartógrafos alemães a serviço do Brasil no século XVIII: Johann Andreas Schwebel e Filipe Sturm. In *Revista de História*, 44(89), 93–109.
- Oliveira, C., Norat, R. da C. C., & Costa, M. L. da (2018). O Baluarte e o Convento de Nossa Senhora das Mercês em Belém do Pará: Implantação Urbana e Construção. In *GMGA - Grupo de Mineralogia e Geoquímica Aplicada*, 1–12.
- Papavero, N., Teixeira, D. M., Cavalcante, P. B., & Higuchi, H. (2002). *Landi: Fauna e Flora da Amazônia Brasileira*. Museu Paraense Emílio Goeldi.

Raiol, D. A. (1970). *Motins Políticos ou história dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. UFPA.

Salles, V. (1968). Engenho Murucutu. In *Brasil Açucareiro*. 3, 19–21.

Salles, V. (1992). *Memorial da cabanagem: Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. CEJUP.

Sarquis, G. B. & Lima, M. D. de (2015). *Igreja do Carmo: Restauração e conservação*. IPHAN-PA.

SPHAN. (1981). *Certidão de Tombamento das Ruínas do Engenho Murucutu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição* (Livro Histórico V. 1).

Tocantins, L. (1963). *Santa Maria de Belém do Grão Pará: Instantes e evocações da cidade*. Civilização Brasileira. Obtido na <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=250945&view=detalhes>

Warren, J. E. (1851). *Scenes and adventures on the banks of the Amazon*. G.P. Putnam.

Watrin, O. dos S. & Homma, A. K. O. (2007). *Evolução do uso da terra do Engenho Murutucu: História, geografia e ecologia*. Embrapa Amazônia Oriental.

